

Editorial

Prezado Membro da Rede de Ética do Poder Executivo Federal,

Neste mês de dezembro, encerramos o ano com uma retrospectiva de 2020 do Sistema de Gestão da Ética, apresentada pelo Secretário-Executivo da Comissão de Ética Pública (CEP).

Dando destaque ao VI Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética, as Comissões premiadas apresentam seus projetos - que depois serão publicados no Caderno do Concurso, junto com as demais propostas inscritas.

Nos informes, registramos decisões importantes da CEP e divulgamos atividades desenvolvidas pelas Comissões setoriais, bem como trazemos notícias relevantes ao Sistema de Gestão da Ética Pública.

O texto de apoio "Minuto da Ética", para divulgação pelas Comissões locais, tenta explicar para quê serve a ética e por que devemos nos esforçar para promover uma cultura ética na Administração.

Reforçamos a **sugestão** da Secretaria-Executiva da CEP de que o "Minuto da Ética" seja **distribuído e/ou veiculado em meio virtual nos órgãos e entidades**, para disseminação de **orientações sobre conduta ética e para publicidade do trabalho das Comissões setoriais**.

Com votos de paz e saúde para vocês e seus familiares, nos despedimos brevemente, esperando nos reencontrarmos em 2021.

Brasília, dezembro de 2020.

Equipe da Secretaria-Executiva da CEP

Carta do Secretário-Executivo da CEP

Retrospectiva do Sistema de Gestão da Ética

Em um ano diferente de todos da história recente, a Administração Pública enfrentou grandes desafios, somados a perdas pessoais e familiares irreparáveis de muitos servidores.

Apesar das circunstâncias, a Secretaria-Executiva da CEP trabalhou arduamente para modernizar a estrutura e os processos do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal - SGEP. Logo no início do ano, o plano de trabalho para 2020 foi adaptado e focou em diversas ações que tiveram (e têm!) como objetivo fortalecer as Comissões locais.

A primeira delas foi a reformulação do Boletim Informativo, que passou a contar com mais conteúdo e com uma página destacável, para servir de material de divulgação das Comissões que não produzem material próprio.

Foram 9 Minutos da Ética, começando com o conceito inicial de ética profissional (abril), uso de redes sociais (maio), prestação de serviços públicos de qualidade (junho); formação continuada dos servidores (julho), avanços tecnológicos (agosto), acessibilidade (setembro), valorização do servidor público (outubro), combate ao racismo (novembro) e retrospectiva (dezembro). Em 2021, vamos continuar publicando o Boletim e o Minuto, além de distribuir outros materiais de campanhas educativas, em parceria com as Comissões do SGEP.

Internamente, o processo de resposta a consultas das Comissões foi digitalizado e agora é feito integralmente no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, por meio de peticionamento eletrônico. Além de dar transparência ao volume de consultas recebidas pela SECEP (mais de 150 em 2020), isso permite que as Comissões acompanhem diretamente a tramitação de suas solicitações.

O Fórum Virtual permanente para os membros da Rede de Ética do Poder Executivo Federal já conta com mais de 300 membros da Rede, que compartilham informações, trocam experiências e desenvolvem parcerias locais e regionais. E, ao contrário de grupos de trocas de mensagens, a comunicação no Fórum gera um repositório de conteúdo, que pode ser acessado mesmo por quem entrar depois, permitindo que novos e futuros membros da Rede possam aproveitar o conhecimento e a experiência dos colegas que os antecederam.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Além desse espaço, as Comissões passaram a contar com um Ementário de Precedentes da CEP, para facilitar o acesso e simplificar a consulta às principais deliberações da CEP referentes à organização e funcionamento das Comissões e do Sistema de Gestão da Ética. A segunda edição, que já está para sair, vai incorporar as decisões de 2020, já publicadas nos Boletins.

O Curso de Gestão e Apuração da Ética foi ministrado a 8 turmas (5 básicas e 3 avançadas), com aulas remotas. E, em outubro, foi lançada uma versão introdutória do curso, em modalidade de ensino à distância - EAD, que está disponível em caráter permanente na página da Escola Virtual de Governo da Enap.

Ainda neste ano, foi realizado o VI Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética, que contou com 16 projetos inscritos, e o XXI Seminário de Gestão da Ética Pública, que contou com 757 agentes públicos inscritos, além dos que participaram sem inscrição, por meio dos links disponibilizados na página da CEP.

Além disso, o formulário de avaliação e atualização de cadastro das comissões foi simplificado, facilitando o preenchimento pelas Comissões e permitindo uma análise mais objetiva e direcionada pela SECEP. Destacamos abaixo os principais dados do levantamento referente a 2019 com os critérios contemplados pelas Comissões respondentes e os principais dados obtidos:

Estrutura e Planejamento

Possui Secretaria-Executiva: 88%

Secretária(o)-Executiva(o) com dedicação exclusiva: 29%

Secretária(o)-Executiva(o) ocupa cargo ou função de chefia: 31%

Secretaria-Executiva tem espaço próprio: 62%

Secretaria-Executiva tem espaço equipado: 70%

Secretaria-Executiva tem funcionamento contínuo: 68%

Comissão tem espaço na inter/intranet: 92%

Possui plano de trabalho: 58%

Ações da Comissão estão no planejamento estratégico da instituição: 47%

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Comunicação e Educação

Divulga as normas que orientam a conduta ao público externo, à sociedade, aos usuários dos serviços, às organizações parceiras, bem como aos fornecedores: 68%

Ética integra os programas de capacitação e treinamento: 78%

Promoveu palestras, cursos e campanhas educativas: 73%

Público atingido: 262.739 agentes

Consultas e Apuração

A Comissão tem competência para responder consultas sobre conflitos de interesses (SECI)? 49%

Respondeu consultas de CI? 32% (959)

Comissão de Ética respondeu consultas sobre conduta ética ou aplicação do código de ética? 67% - 1233

Recebeu denúncias? 83% - 3064

Mediações realizadas: 141

Procedimentos Preliminares abertos: 1077

Processos de Apuração Ética instaurados: 123

Acordos de Conduta Pessoal e Profissional: 220

Censuras aplicadas: 26

Para 2021, a Secretaria-Executiva da Comissão de Ética Pública, por meio da Coordenação do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, continuará realizando melhorias e inovações, por meio dos projetos já em curso e de novos projetos em elaboração, a fim de fomentar a modernização e simplificação na gestão da ética, com vista ao fortalecimento do SGEF.

Há muito ainda o que fazer, mas estamos avançando na construção de uma cultura ética ubíqua e perene na Administração Pública.

Sigamos...!

Regis Xavier Holanda

Secretário-Executivo da Comissão de Ética Pública

Boas Práticas

Na VI edição do Concurso de Boas Práticas, entre os 16 excelentes projetos inscritos, quatro se destacaram, ficando com as maiores avaliações em suas respectivas categorias.

As propostas foram avaliadas de acordo com quatro critérios:

I – **Eficácia**: capacidade da prática em gerar efeitos positivos nas políticas públicas ou nos processos de trabalho da organização, podendo ser: benefícios efetivos da iniciativa para o público (o cidadão ou comunidades ou população-alvo específica) ou para o governo (o próprio servidor público ou melhorias em processos de trabalho do órgão ou da entidade específico).

II – **Originalidade**: não se detendo somente ao fato de a prática ser inédita, mas também à capacidade inventiva para a resolução de problemas. A inventividade pode estar associada ao conteúdo em si ou à forma com que a prática foi executada. Em outras palavras, não precisa inventar a roda, mas encontrar uma nova maneira de utilizá-la!

III – **Potencial de difusão**: possibilidade de aplicação em outras situações ou instituições semelhantes; praticidade, facilidade e viabilidade de implementação (incluídos aqui o custo administrativo de implementação e baixa burocratização dos processos em relação aos benefícios decorrentes da prática), permitindo o aproveitamento da experiência ou adaptação da iniciativa para outros órgãos.

IV – **Comunicação**: divulgação adequada ao público-alvo; demonstração do alcance da prática interna e externamente ao órgão ou entidade, conforme a natureza da prática; uso de linguagem simples e acessível no desenvolvimento e divulgação da prática.

A cerimônia de premiação ocorreu no segundo dia do XXI Seminário Ética na Gestão, em 26 de novembro, e pode ser assistida clicando neste [link](#).

A seguir, apresentamos as 4 práticas premiadas.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

CATEGORIA A

1º lugar: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais/IF SUDESTE MG.

A campanha “Questão de Ética” surgiu de uma percepção coletiva dos membros da Comissão de Ética Local do IF SUDESTE MG, da gestão da instituição e de sua Coordenação Geral de Comunicação e Marketing de que o Instituto necessitava melhor comunicar à toda comunidade acadêmica seus valores éticos conjugados e integrados com as normas éticas que regem o funcionalismo público do poder executivo federal.



Além disso, era e até hoje é necessário, tornar a Comissão de Ética Local mais visível, construindo e reforçando canais de aproximação entre a Comissão e a comunidade acadêmica, seu público alvo, formado por servidores técnicos administrativos (TAE's), docentes, terceirizados e discentes, pois se trata de uma instituição multicampi que possui onze unidades, sendo uma (1) reitoria, três (3) *campi* avançados e seis (6) *campi* consolidados com aproximadamente 1.600 (mil e seiscentos) servidores e 16.000 (dezesesseis mil) estudantes.

Na busca de uma maior capacidade de interlocução entre a Comissão de Ética Local e a comunidade, bem como, a disseminação dos pensamentos e valores éticos de uma forma democrática para todos os atores de todos os segmentos que compõem a comunidade acadêmica do IF SUDESTE MG, já citados, construiu-se uma dinâmica de trabalho que é inédita na instituição para esta finalidade. Foi criada uma parceria entre a Comissão de Ética do IF SUDESTE MG, sua Coordenação Geral de Comunicação e Marketing e o gabinete do senhor Reitor, possibilitando a disponibilização de recursos financeiros e humanos capazes de construir e implementar a ideia da campanha, que era e é em essência, **tratar os assuntos éticos de uma forma leve e divertida, levando ao público a importância dos temas trabalhados, mas sem o peso das formalidades que geralmente os envolvem. Assim, escolhemos o formato de vídeos veiculados no canal do YouTube da instituição, disponibilizando a campanha para o público de forma equânime e acessível.**

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

A campanha teve periodicidade semanal e aconteceu entre 01/06/2020 a 17/08/2020, com lançamentos de novos episódios preferencialmente nas segundas-feiras e todas as gravações feitas no período de fevereiro e março antes da decretação do estado de pandemia pela Covid 19 no país.



Para a divulgação de cada episódio, a Comissão de Ética Local encaminhou um e-mail para todos os usuários do domínio @ifsudestemg.edu.br contendo um breve convite para assistir ao episódio, a imagem de miniatura do vídeo, seu link no youtube e algumas dicas que contextualizam sobre o tema abordado com a situação atual de trabalho remoto.

A campanha foi coordenada pela técnica em audiovisual do IF Sudeste MG, Louise Moraes, que juntamente com o técnico em audiovisual



Alexandre Vargas Tavares de Jesus e a estagiária Hannah B. Hammoud, fizeram o trabalho de produção, roteiro, direção, identidade visual e finalização técnica. A apresentação coube ao professor e presidente da Comissão de Ética Local, Elder Stroppa, que juntamente com os servidores(as) membros, Alessandra Furtado

Fernandes, Márcio Hipólito de Abreu, Rafael Bitencourt Carvalhaes, Januário Fernandes Costa Neto, Cíntia Caroline de Oliveira, Isabel Cristina Ferreira e a secretária executiva da Comissão Cassiane dos Santos Alves fizeram a pesquisa, a estruturação dos temas e a Revisão dos episódios. Os textos da campanha foram construídos por Louise e pela jornalista Fernanda Coelho da Silva Castro e traduzidos para LIBRAS pelo intérprete Fábio Cristiano de Paula.

Todos os vídeos da campanha podem ser acessados no [canal do IFSudesteMG](#)

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

2º lugar: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

O “Café com Ética” é uma campanha iniciada em setembro de 2019, que tem a intenção de aproximar o corpo de colaboradores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento ao seu Código de Conduta Ética.

A ideia surgiu da necessidade de difusão e veiculação dos preceitos do Código de Conduta Ética, advinda da percepção de que muitos colaboradores ainda não sabem da existência do Código ou não o conhecem a fundo. Outro fator motivador é a demanda existente por práticas educativas e preventivas para a Ética que utilizem-se linguagem simples e objetiva para o tratamento do tema.

A iniciativa se constitui de um Quiz veiculado quinzenalmente por e-mail a todos os servidores e empregados. Neste Quiz é feita uma pergunta relacionada ao Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do MAPA, de maneira que a resposta seja “SIM” ou “NÃO”. Os quesitos são correlacionados a exemplos concretos hipotéticos, com o objetivo de demonstrar como as situações da vida real podem se enquadrar ao que está previsto no referido Código, além de usarmos também, como inspiração, situações reais que tenham ocorrido. Com isso, conseguimos trazer à luz pontos que ensejam dúvidas, bem como tratar de assuntos polêmicos que cercam a Ética no Serviço Público, ainda mais em um órgão com tantas particularidades, como é o caso do MAPA.

A Comissão de Ética do MAPA apresenta a campanha:

CAFÉ COM ÉTICA

ENQUANTO TOMAMOS O NOSSO CAFEZINHO DIÁRIO, QUE TAL APROFUNDARMOS O CONHECIMENTO EM UM TEMA RELEVANTE DO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DOS AGENTES PÚBLICOS DO MAPA?

Responda à pergunta abaixo clicando em "sim" ou "não":

VINÍCIUS, SERVIDOR DO MAPA É MUITO SOCIÁVEL, POSSUI MUITOS AMIGOS. EM UMA CONVERSA DESCONTRAÍDA COM UM DESSES AMIGOS, QUE É JORNALISTA, ACABOU COMENTANDO SOBRE ACONTECIMENTOS DELICADOS QUE OCORRERAM EM SUA REPARTIÇÃO. OS FATOS, RELATADOS SEM MÁS INTENÇÕES, ACABARAM SE TORNANDO MANCHETE DE JORNAL. A CONDUTA DE VINÍCIUS FOI CORRETA?

SIM OU **NÃO**

Não

PARABÉNS!
VISUALIZE ABAIXO COMO A NORMA INTERNA DO MAPA TRATA DO ASSUNTO!

© 2019. Este é o Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do MAPA, que trata das condutas e ações esperadas, em seu parágrafo único, inciso I, III, que se pretende levar à conhecimento de servidores, assuntos internos do MAPA, por isso é importante que, mesmo em conversas informais, os servidores evitem falar de assuntos que possam causar desconforto em virtude de função que exercem.

Serviço: Apoio Transparencia, Apoio Ética!
Artigo 10 da Lei nº 12.527/2011, de 23 de Novembro de 2011

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

A Comissão de Ética do MAPA apresenta a campanha:

ENQUANTO TOMAMOS O NOSSO CAFEZINHO DIÁRIO, QUE TAL APROFUNDARMOS O CONHECIMENTO EM UM TEMA RELEVANTE DO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA DOS AGENTES PÚBLICOS DO MAPA?

RESPOSTA À PERGUNTA ABAIXO CLICANDO EM "SIM" OU "NÃO!"

A FILHA DE GUILHERME, SERVIDOR DO MAPA, POSSUI UMA LOJA EM QUE VENDE VARIADOS PRODUTOS.

GUILHERME DECIDIU ENTÃO FAZER PROPAGANDA DESTA LOJA PARA SEUS AMIGOS, UTILIZANDO O E-MAIL INSTITUCIONAL DO MAPA. O SERVIDOR PODE UTILIZAR OS CANAIS OFICIAIS DO MAPA, PARA ESTE TIPO DE FINALIDADE?

SIM ou **NÃO**

Não

PARABÉNS!
VISUALIZE ABAIXO
COMO A NORMA INTERNA DO MAPA
TRATA DO ASSUNTO!

NÃO!

© Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do MAPA, em seu art. 10, inciso VIII, veda o uso dos canais oficiais de comunicação do MAPA para a propagação e divulgação de textos, imagens, fotografias, propaganda comercial, religiosa ou política-partidária.

Servidor, fique atento! Procure utilizar o seu e-mail institucional e demais sistemas apenas no exercício de suas atribuições.

Servidor: Raulo Zanatta/Raulo@etica.gov.br

Artigo 10, inciso VIII, da Portaria MAPA nº 246, de 22 de fevereiro de 2010

Como dito, procuramos sempre utilizar uma linguagem simples e objetiva e evitamos o uso de jargões e termos excessivamente técnicos, de forma que todos que lerem consigam entender tanto a situação colocada, quando o embasamento legal utilizado para a resposta. Dessa forma, buscamos ampliar a efetividade da prática.

Para que as perguntas cheguem quinzenalmente a todos, a Comissão de Ética conta com o apoio e esforço da Assessoria Especial de Comunicação Social que desenvolveu o layout e a ferramenta e, além disso, veicula o quiz por meio da Intranet do Ministério. Também apoiam a iniciativa, a Coordenação-Geral de Integridade e a Assessoria Especial de Controle Interno, que sugerem temas e formas de

abordagem.

O Café com Ética impacta hoje aproximadamente 20 mil colaboradores, entre servidores efetivos, comissionados, empregados do quadro permanente e terceirizados.

Percebe-se que, cada vez mais, os colaboradores tem se envolvido e respondido às perguntas. A médio e longo prazo, são esperados reflexos na conduta, de modo que os agentes públicos procurem sempre agir baseados nos preceitos éticos preconizados no Código de Conduta Ética dos Agentes Públicos do MAPA.

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

CATEGORIA B

1º lugar: Furnas Centrais Elétricas SA

Orientações para prevenir Conflito de Interesses em Furnas.

DUE DILIGENCE: Todos os Empregados deverão preencher anualmente um questionário a respeito de vínculos que possam configurar situação de Conflito de Interesses (questionário de *Due Diligence*), que será disponibilizado no Portal RH da FurnasNet. O questionário também deverá ser atualizado sempre que houver qualquer alteração de resposta(s) ou quando demandado pela RH.

Após a aprovação da revisão da instrução normativa pela Diretoria Colegiada de Furnas, iniciou-se a preparação e especificação conceitual do questionário eletrônico através de reuniões com a área de Tecnologia da Informação para desenvolvimento do sistema. Até chegar à especificação final, foram realizados testes do sistema com os membros da área de Compliance, RH e Comissão de Ética. O sistema está em ferramenta eletrônica - SharePoint, aberto para todos os empregados, com a obrigatoriedade de preenchimento, conforme Instrução Normativa 007/2016 (revisada).

Através da realização de Webinar com a abertura do Presidente de Furnas, fala do Presidente da Comissão de Ética, Superintendente de Conformidade – RC.P e Superintendente de Gestão de Capital Humano – RH.A, e dois palestrantes externos, na plataforma *Microsoft Teams*.

Os questionários preenchidos (em torno de 3.000) terão relatórios específicos a serem analisados em conjunto; os casos de conflito de interesses identificados serão imediatamente tratados após o recebimento do questionário preenchido.

A aplicação do questionário de **due diligence** foi considerada uma excelente prática pela Holding Eletrobras e aprovado na Diretoria da mesma para que todas as empresas do grupo passem a utilizá-las: Eletrobras, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Amazonas Energia.

A prática é importante pois busca a orientação e educação para implantação de uma cultura de prevenção a possíveis situações de conflito de interesses no âmbito da empresa, o que, em muitos casos, pode ser um passo para a corrupção.

O sistema inovador relativo ao preenchimento de um questionário *on-line* onde as perguntas feitas são estruturadas para identificação de situações de conflito de interesses fortalece a prevenção e facilita a

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

mitigação dos possíveis conflitos identificados. A prática visa à prevenção, detecção e mitigação de situações de conflito de interesses.

Além de orientativo, o documento é assinado eletronicamente pelo empregado, conferindo suas declarações, responsabilidades trabalhistas, cíveis e criminais. Além disso, será possível identificar situações e relações de parentesco que possam representar conflitos de interesses, como também reconhecer possíveis pessoas politicamente expostas ou nepotismos no âmbito da empresa.

Todos os colaboradores de Furnas, especialmente aqueles que por desconhecimento ou por omissão estejam exercendo atividades, ou vivendo situações que possam deixá-los em situação de conflito de interesses.

É importante o comprometimento e chamamento à responsabilidade de todo corpo funcional para a relevância do tema, atuando preventivamente e evitando punições que podem chegar até a demissão do empregado.

Buscamos o atingimento de 100% dos empregados o que gera resultados relevantes, pois o conhecimento sobre o tema desperta a consciência e comprometimento com a manutenção de um comportamento ético, o que é demonstrado com aumento de consultas sobre possíveis situações de conflito de interesses.

O preenchimento do questionário é monitorado via sistema, pela Comissão de Ética, pelo Compliance e pela Gestão do Capital Humano, sendo a análise dos questionários feita por empregados destacados destas áreas.

A qualquer alteração, ou divergência nos dados de preenchimento do questionário, um e-mail é disparado para que os empregados destas áreas tomem as ações necessárias.

Toda a Administração Pública requer formas e maneiras mais ágeis de detecção de situações relacionadas a Conflito de Interesses. A ferramenta usada pela área de Tecnologia da Informação, *software SharePoint*, é amigável e fácil de ser utilizada, já temos o sistema desenvolvido e fácil de ser replicado em outras empresas. Todos os controles e respostas são monitorados e os envolvidos no tratamento e prevenção de conflito de interesses são acionados.

2º lugar: Financiadora de Estudos e Projetos – Finep.

A participação da FINEP se deu com a aplicação do **Teste de Conhecimento sobre Ética e Integridade, realizado no período de 15/07 a 14/08/2020.**

A prática foi conduzida pela Comissão de Ética e sua Secretaria Executiva, em conjunto com a Área de Conformidade, Integridade e Gestão de Riscos e seu Departamento de Conformidade e Integridade, atendendo à forma de atuação em parceria que vem sendo empreendida a partir da criação da Área de Integridade na Finep. Houve colaboração também da Ouvidoria e das unidades de Comunicação e Tecnologia da Informação.

Dentre as cinco funções que as comissões de ética têm, a Função Educativa foi objeto da prática, com a implementação do Teste de Conhecimento sobre Ética e Integridade, cujos objetivos foram:

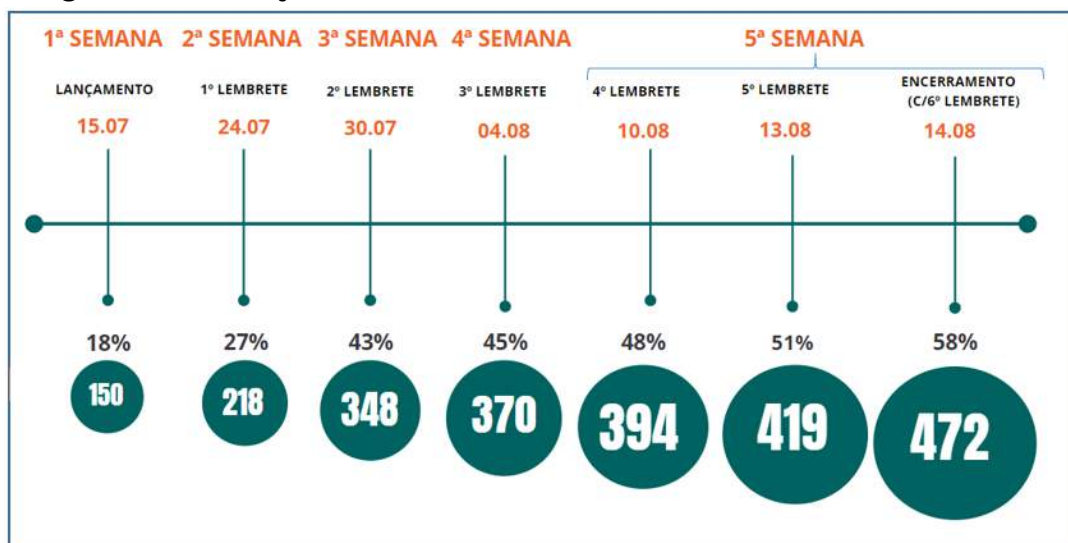
- 1) capacitar os colaboradores sobre o conteúdo do Código de Ética, Conduta e Integridade;
- 2) identificar os principais pontos de dúvida sobre diversos temas de maior destaque nas searas da ética e da integridade;
- e
- 3) embasar futuras capacitações e campanhas de comunicação e disseminação sobre os temas.

Os principais fatores que motivaram a implementação da prática, além do próprio encargo que a Função Educativa apresenta, foram a revisão recente do Código de Ética, Conduta e Integridade, as exigências legais (Lei das Estatais) e normativas (o próprio Código da Finep), e a função de monitoramento do Programa de Integridade do Departamento de Conformidade e Integridade.

De um universo de 815 colaboradores, incluindo empregados efetivos, estagiários, jovens aprendizes, terceirizados, conselheiros, diretores e demais ocupantes de cargo de gestão, 472 (58%) concluíram o Teste. Esse percentual é expressivo, já que a realização do Teste não foi obrigatória, o que demonstra o interesse dos colaboradores no assunto, além da possibilidade de auto avaliação quanto aos conhecimentos que se têm sobre escolhas do dia a dia profissional.

A Figura 1 apresenta evolução dos Testes concluídos a cada semana até o fechamento do seu período de realização.

Figura 1 – Evolução do número de testes realizados - 15/07 a 14/08/2020



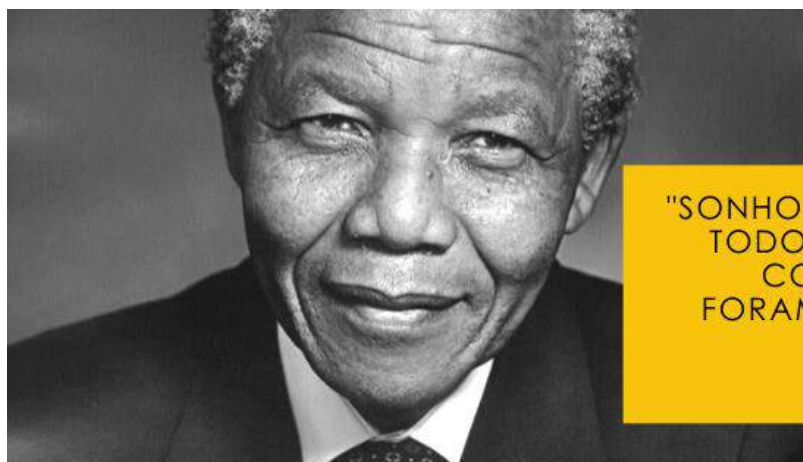
Fonte: Secretaria Executiva da Comissão de Ética (2020).

Os temas abordados foram: (1) princípios, valores e compromissos, (2) deveres e vedações, (3) conflito de interesses, (4) informações privilegiadas, (5) público alvo, (6) nepotismo, (7) denúncias, medidas protetivas e sanções, e (8) presentes e brindes. A Tabela 1 apresenta o percentual de acertos nos tópicos do Teste.

Tabela 1 – Percentual de acertos nos temas abordados

QUESTÕES	TEMAS do Código de Ética Conduta e Integridade	Percentual de acertos
4	Vedações (alteração de processos internos)	98,09%
6	Conflito de Interesses (atividades paralelas)	95,76%
10	Deveres (manter-se atualizado sobre as regras internas)	95,76%
3	Princípios valores e compromissos, Deveres e Vedações (cortesia)	95,34%
11	Sanções (sobre 1ª infração)	95,34%
2	Deveres dos colaboradores (comunicação de fatos prejudiciais a empresa)	93,86%
5	Informações privilegiadas (uso em benefício pessoal ou de terceiros)	90,04%
1	Público alvo (abrangência do Código)	88,98%
9	Nepotismo (contratação)	84,96%
12	Das denúncias e das medidas protetivas (comunicação ao gestor e FALA.BR)	84,32%
7	Conflito de Interesses (Consultas ao SeCI)	81,57%
8	Brindes e presentes (hospitalidade em situação de calamidade)	62,71%

Um ponto que também pode ser destacado é o potencial que a prática tem de ser replicada por outras organizações, dada a sua utilidade como instrumento de diagnóstico, e também devido ao fato de não implicar custos adicionais, ao mobilizar competências internas e ferramentas já existentes. Agora, os responsáveis pela prática poderão planejar novas ações de Educação para a Ética e a Integridade com base nos resultados do Teste, aproveitando os insumos gerados pela sua aplicação.



"SONHO COM O DIA EM QUE
TODOS LEVANTAR-SE-ÃO E
COMPREENDERÃO QUE
FORAM FEITOS PARA VIVER
COMO IRMÃOS."

Nelson Mandela

Fonte: Wikimedia Commons.

DECISÕES DA CEP

Conflito de Interesses e quarentena

A Comissão de Ética Pública deliberou pelo reconhecimento de potencial conflito de interesses e imposição de quarentena a Diretor da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP na pretensão de exercer a atividade de Diretor Executivo de empresa privada supervisionada pela SUSEP.

Registrou-se que estaria delineada por assuntos estratégicos e indissociáveis das atribuições exercidas e das informações privilegiadas acessadas, a conferir possível vantagem estratégica indevida a atores do setor e, igualmente, a direcionar, de maneira imprópria, o curso de interesses privados que transitam na esfera de competência pública (Processo n. 00191.000908/2020-75, relator Conselheiro Paulo Henrique dos Santos Lucon, decisão unânime, 223ª. RO).

INFORMES

Comissão de Ética Pública propõe ao Presidente da República assento constitucional para o Colegiado.

No último dia 9, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República esteve reunida com o Presidente da República, oportunidade na qual apresentou uma minuta de Proposta de Emenda à Constituição que visa conferir status Constitucional ao Órgão de defesa da Ética Pública do Poder Executivo federal por meio de alteração do art. 84 da Carta Magna de 1988.



A iniciativa, que ocorre no Dia Mundial de Combate à Corrupção, marca o reconhecimento da elevada missão e munus público desenvolvido pela Comissão de Ética Pública, e vai ao encontro do crescente anseio social pela probidade, ética e integridade na seara pública, ao consolidar o caráter de órgão de Estado da CEP, vinculado diretamente ao Presidente da República, com funções consultiva, fiscalizadora e supervisora em matéria de ética pública no âmbito do Poder Executivo federal.

A cerimônia de entrega da proposta aconteceu no Gabinete do Presidente da República e contou com a participação do Presidente da Comissão de Ética Pública, André Ramos Tavares, dos Conselheiros Paulo Henrique dos Santos Lucon, Antônio Carlos Vasconcellos Nóbrega e Roberta Codignoto, bem como teve a presença do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral, Jorge Antônio de Oliveira Francisco, do Ministro da Advocacia-Geral da União, José Levi Mello do Amaral Júnior, do Secretário-Executivo da Secretaria-Geral, Antônio Carlos Paiva Futuro, do Secretário de Controle Interno da Presidência da República, Edson Leonardo Dalescio Sá Teles e do Secretário-Executivo da Comissão de Ética Pública, Regis Xavier Holanda.

XXI Seminário Ética na Gestão

Aconteceu, nos dias 26 e 27 de novembro de 2020, o XXI Seminário Ética na Gestão, com o tema “Ética Pública e Governança”, promovido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República, por meio da sua Secretaria-Executiva, com acesso aberto à sociedade.

O Seminário teve um público de 800 pessoas inscritas pelo site da Comissão de Ética Pública e já registrou mais de 2.000 visualizações ao vídeo do primeiro dia do evento.

A Cerimônia de Abertura contou com a presença de importantes autoridades públicas, que ressaltaram a relevância do tema e reafirmaram o comprometimento da Alta Administração com a ética no país os quais referendaram a importância do "Tone at the Top" para a difusão de valores éticos para o serviço público e para a sociedade.

O Seminário contou com apresentações de metodologias e iniciativas inovadoras relacionados à ética na gestão pública e nas suas relações com a iniciativa privada e com a sociedade brasileira; reuniu especialistas da Administração Pública, que ressaltaram a importância da valorização da cultura ética, no campo público e privado.

As gravações estão disponíveis nos seguintes links:

[Primeiro dia](#) e [Segundo dia](#)

Mais informações na [página da CEP](#).

GDF lança Cartilha de Prevenção ao Assédio na Administração Pública

O Governo do Distrito Federal lançou, em dezembro, o Programa de Prevenção ao Assédio na Administração Pública do DF, com a publicação de uma [cartilha informativa](#).

O projeto visa oferecer condições propícias para que sejam feitas as denúncias, bem como apoio institucional para orientar as vítimas e solucionar os problemas. Com isso, o governo busca melhorar a produtividade, reduzir os casos de doenças e de pedidos de afastamento de serviço, além de promover a diminuição de ocorrências.

Nota publicada [originalmente pela Agência Brasil](#).

Eletrobras-Furnas lança treinamento interativo

O Projeto de Integridade Corporativa Eletrobras-Furnas publicou um vídeo de treinamento interativo, em que o espectador assiste às cenas, vota no final mais adequado e assiste às explicações dos Agentes de Integridade. “O QUE VOCÊ FARIA? Integridade e ética no seu dia a dia” está disponível no YouTube [neste link](https://youtu.be/IAe rGIM4duE).



Comissão de Ética da ANTT promove seminário online

No último dia 3 de dezembro, a Comissão de Ética da ANTT realizou o evento “Ética Pública, delineando atitudes no Serviço Público.

O seminário contou com palestras do Juiz Federal Arthur Napoleão Teixeira Filho, sobre o a importância da mediação de conflitos para a prevenção de processos éticos e disciplinares, e do Especialista em Regulação Cândido Manoel Fernandes Porto, sobre a relação dos servidores com o público externo.



A gravação do evento está disponível no [canal da ANTT no YouTube](#).

Publicado Decreto que dispõe sobre a apresentação e análise das declarações de bens e de situações que possam gerar conflito de interesses

Em 10 de dezembro de 2020 foi publicado o Decreto nº 10.571, de 9 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a apresentação e análise das declarações de bens e de situações que possam gerar conflito de interesses por agentes públicos civis da administração pública federal.

O texto do Decreto, construído conjuntamente pela Comissão de Ética Pública (CEP), pela Controladoria-Geral da União (CGU), e pelo Ministério da Economia, consolida as respectivas competências desses órgãos em relação à prestação de informações patrimoniais pelos agentes públicos federais, abrangendo servidores e empregados públicos federais.

Assinado pelos Ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, da CGU, e da Economia, esse normativo representa a união de esforços para a elaboração de um instrumento que permita ainda a prevenção do conflito de interesses no Poder Executivo federal, nos termos da competência atribuída à Comissão de Ética Pública (CEP) e à CGU e pela Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

Dessa forma, as atuais declarações – como a Declaração Confidencial de Informação (DCI), prevista no Código de Conduta da Alta Administração Federal – passam a ser apresentadas por meio de sistema eletrônico, podendo ser autorizado o acesso da CEP às declarações anuais de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das autoridades públicas apresentadas à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

As normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto serão editadas pela CEP em conjunto com a CGU e o Ministério da Economia.

Atenta-se para a vigência da norma que entrará em vigor em 9 de dezembro de 2021, com uma vacatio legis de 1 ano.

Confira [aqui a íntegra do Decreto](#).

UFSB realiza Ciclo de Debates: ética em tempos de pandemia e pós-pandemia

A Comissão de Ética de Servidores Públicos da UFSB realizou Ciclo de Debates: ética em tempos de pandemia e pós-pandemia. O evento contou com a participação do Prof. Jessé Souza (UFABC) com o tema: "A origem da perversão social brasileira". [Link](#).

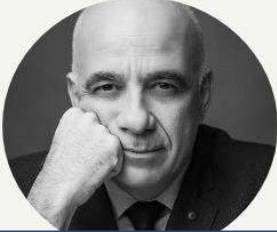
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
CICLO DE DEBATES: ÉTICA EM TEMPOS DE PANDEMIA E PÓS-PANDEMIA

Atividade 6: "A origem da perversão social brasileira"

.....

EXPOSITOR:
Prof. Dr. Jessé Souza (UFABC)

MEDIADORA:
Prof. Dra. Joana Angélica Guimaraes da Luz (UFSB)



300 no Fórum!

Em dezembro, o Fórum Virtual da Rede de Ética do Poder Executivo Federal alcançou a marca de 300 membros, e 1800 interações!

O Fórum é espaço reservado em que os membros e servidores do SGEP podem se comunicar diretamente, facilitando o compartilhamento de conhecimento e experiências. Os objetivos de um fórum virtual são:

- Desenvolver parcerias voltadas ao fortalecimento da cultura de Gestão da Ética na Administração Pública direta e indireta;
- Disseminar conhecimentos relacionados aos temas de gestão, apuração, educação e mediação;
- Manter espaço propício à disseminação das melhores práticas desenvolvidas e adotadas por empresas e organizações públicas;
- Possibilitar a conexão entre os participantes;
- Disponibilizar informações relativas a cursos, palestras, seminários, treinamentos e materiais de capacitação;
- Identificar e promover agendas de mútuo interesse, visando o desenvolvimento institucional; e
- Auxiliar na capacitação, aperfeiçoamento e especialização técnica dos servidores e colaboradores que atuam com os temas da ética pública.

Se ainda não faz parte, entre em contato com a SECEP e peça seu convite. etica@presidencia.gov.br

Ética pra quê?

Começamos o primeiro *Minuto da Ética* deste ano perguntando - ética pra quê? Nos últimos meses, temos tentado responder essa questão, enfrentando diversos tópicos, sobre nossa conduta, nossa postura, sobre nosso compromisso com o Estado e com a Sociedade.

Mas a ética faz diferença? Temos ouvido muito falar de integridade, *compliance*, ESG e outras terminologias modernas, mas o que elas querem dizer?

Na essência, todas referem-se à busca de relacionamentos positivos: entre os servidores, entre colegas, entre os servidores e os cidadãos, entre o Estado e a Sociedade.

Quando temos um comportamento ético, isto é, agimos com transparência, clareza de posições e respeito pelas pessoas e instituições, demonstramos nosso compromisso com o desenvolvimento do Estado e o alcance dos objetivos do País.

E, quando a sociedade confia nos servidores e nas instituições, há vários ganhos: custos de divulgação de políticas públicas são menores e há maior engajamento social (campanhas de saúde pública, por exemplo, são mais bem sucedidas quando se confia

nos órgãos responsáveis); melhora a qualidade e reduzem-se os custos das contratações e aquisições (mais empresas participam das licitações, aumentando a concorrência); o combate à corrupção e às práticas irregulares é mais efetivo (quando os cidadãos sentem confiança nos canais de denúncia).

E no âmbito da Administração também há muitos ganhos: quando a cultura ética é bem estabelecida, os servidores se sentem encorajados a fazer seu trabalho com confiança e segurança; as situações de assédio são denunciadas e tratadas; os critérios de seleção e promoção transparentes incentivam a dedicação e o empenho; o foco do trabalho passa a ser no atendimento ao cidadão.

Enfim, quando a ética passa a fazer parte de nosso dia a dia, todos saem ganhando. Por isso, em 2021, vamos continuar trabalhando para promover e disseminar uma cultura ética no(a) [nome do órgão/entidade].

Conte com a Comissão de Ética. Juntos, vamos construir um país mais livre, justo e solidário.

Se tiver dúvida sobre alguma conduta, procure a **Comissão de Ética!**